



Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 02 DE AGOSTO DE 1977.

ANO III

AVULSO

EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Buffara, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Jorge Sato, Muggiati Filho, Rosário Pitelli e Adalberto Daros.

O artigo 76 da Constituição do Estado do Paraná, passará a ter a seguinte redação:

Art. 76: O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, bem como os prestados às autarquias, empresas públicas, companhias de capital misto, empresas do setor privado e ao magistério particular, será integralmente computado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1977.

(a) LINEU TURRA

APOIAMENTOS: Luiz Roberto Soares, Renato Bernardi, Gabriel Sampaio, Edilson Alencar, Trajano Bastos, Erondy Silvério, Accioly Neto, Enéas Faria, Lúcio Machado, Domício Scaramella, Hélio Manfrinato, Fidelcino Tolentino, Egon Pudell, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Squarezi, Nelson

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir uma distorção social, decorrente da injustiça de que padecem funcionários públicos que prestaram serviços no setor privado que são excluídos do seu patrimônio laboral quando na função pública estadual.

De outra parte, dá ao Estado a oportunidade de proceder a uma depuração nos seus quadros que hoje contam com funcionários que o tempo lhe reduziu a capacidade de rendimento e mesmo assim terão de continuar no trabalho para não perder os anos de serviço público.

Apesar de que, à primeira vista, se possa pensar em que tal providência venha trazer encargos aos cofres do Estado, há que se atentar para as compensações do rendimento que a renovação representa.

É de se acentuar que a União já estabeleceu o critério da reciprocidade, e também outros Estados da Federação, como exemplo, recentemente, o Estado de São Paulo, através a Emenda Constitucional que tomou o nº 29/77, aprovada, por unanimidade.